

João André Tavares Álvares da Silva

**Curso de Qualificação Pedagógica em Educação na Saúde da
ESP/MG: causas de evasão e definição de estratégias de intervenção**

Belo Horizonte

2013



Universidade Federal de Minas Gerais

Escola de Enfermagem

**Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas
Técnicas do SUS**

**Curso de Qualificação Pedagógica em Educação na Saúde da
ESP/MG: causas de evasão e definição de estratégias de intervenção**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Especialização em Gestão Pedagógica
nas Escolas Técnicas do SUS como requisito
parcial para obtenção do título de especialista.

Autor: João André Tavares Álvares da Silva.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Inês Barreiros
Senna

BELO HORIZONTE - MG

2013

Ficha de Identificação da Obra
(Escola de Enfermagem da UFMG, MG, Brasil)

Silva, João André Tavares Álvares da.
S586c Curso de qualificação pedagógica em educação na saúde da ESP/MG: causas de evasão e definição de estratégias de intervenção [manuscrito]. / João André Tavares Álvares da Silva. -- Belo Horizonte, 2013. 34f.:il.

Orientador: Prof. Dra. Maria Inez Barreiros Senna.

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS, realizado pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, ETSUS - Pólo Belo Horizonte-MG, para obtenção do título de Especialista em Gestão Pedagógica.

1. Educação Profissional em Saúde Pública. 2. Educação a distância. 3. Educação em Saúde Pública. 4. Evasão Escolar. I. Senna, Maria Inez Barreiros. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Enfermagem. Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS. III. Título. NLM: WA 18

João André Tavares Álvares da Silva

**CURSO DE QUALIFICAÇÃO PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO NA SAÚDE DA
ESP/MG: CAUSAS DE EVASÃO E DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE
INTERVENÇÃO**

Trabalho apresentado ao Curso de
Especialização em Gestão Pedagógica nas
ETSUS, realizado pela Universidade Federal
de Minas Gerais, ETSUS Polo Belo
Horizonte/MG.

BANCA EXAMINADORA:



Profª. Maria Inês Barreiros Senna (Orientadora)



Prof. Adriano Marçal Pimenta

Data de aprovação: 17 de fevereiro de 2013

Belo Horizonte - MG
2013

AGRADECIMENTOS

À ESP-MG pela oportunidade de qualificação, aos colegas da ESP-MG pela força e companheirismo, aos colegas da ETSUS Vitória, ETSUS Espírito Santo e Unimontes pelas novas amizades e trocas de conhecimentos, aos tutores pelo estímulo, apoio e atenção. À minha orientadora, a quem muito respeito, admiro e tenho como exemplo a seguir, por ter me ensinado tanto durante a elaboração deste trabalho.

LISTA DE SIGLAS E ABREVEATURAS

ABRAED – Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância
ACS – Agente Comunitário de Saúde
AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
Cead – Centro de Educação à Distância
CEB – Câmara de Educação Básica
CIES – Comissão de Integração Ensino e Serviço
CNE – Conselho Nacional de Educação
COSEMS – Colegiado de Secretários Municipais de Saúde
CpRR – Centro de Pesquisa René Rachou
EAD – Educação à Distância
ESP-MG – Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais
ETSUS – Escola Técnica do Sistema Único de Saúde
FHEMIG – Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
Hemominas – Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PNEPS – Política Nacional de Educação Permanente em Saúde
SUS – Sistema Único de Saúde
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TSB – Técnico em Saúde Bucal
UnB – Universidade de Brasília

RESUMO

Este trabalho se propõe a estudar os motivos de evasão no curso “Qualificação Pedagógica em Educação na Saúde” da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG), dos alunos matriculados no período de agosto de 2011 a julho de 2012, com o objetivo de subsidiar mudanças no curso a curto e médio prazos, além de embasar a elaboração de estratégias de monitoramento da evasão escolar no referido curso. Dados preliminares mostram uma desistência de aproximadamente 65% dos matriculados. Embora essa qualificação não seja uma obrigação, mas uma recomendação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, ainda assim considera-se tal porcentagem elevada, ao se considerar fatores como carga horária pequena, gratuidade do curso, necessidade de aproximação do futuro docente com as metodologias e abordagens adotadas pela ESP-MG. A intervenção ocorrerá em três etapas, sendo a primeira o levantamento de informações dos alunos e cálculo das taxas de evasão. A segunda etapa será a aplicação de questionário piloto, elaboração do questionário final do estudo e aplicação do mesmo. A terceira etapa serão três oficinas com o objetivo de analisar os dados dos questionários e seleção de causas/problemas para intervenção em até três meses (primeira oficina); elaborar plano de ação em curto prazo para modificações imediatas no curso com vistas a estimular a permanência dos alunos no curso (segunda oficina); elaborar a estratégia de monitoramento da evasão ao longo do curso de Qualificação Pedagógica na Educação em Saúde, definir os critérios para considerar o aluno desistente/evadido, mecanismos de registro para avaliar o motivo da desistência do aluno logo após a identificação da sua saída. Avaliar as estratégias de estímulo à permanência no curso e definir quais delas passarão a ser utilizadas na execução do curso.

Palavras chave: evasão escolar, qualificação pedagógica, educação permanente, educação à distância

ABSTRACT

This paper proposes to study the reasons for evasion in the course "Qualificação Pedagógica em Educação na Saúde" of the Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG), students enrolled from August 2011 to July 2012. It aims changes in the short and medium term, and base the development of strategies for monitoring truancy in this course. This qualification is not a requirement, but a recommendation of the national politics in continuing health education. Preliminary data show 65% dropout of those enrolled. It is considered a high percentage, when considering factors such as workload small, gratuity of course and need to approach with methodologies adopted by ESP-MG. The intervention will take place in three stages, first being a survey about the students' information and calculation of dropout rates. The second step will be the application of the pilot questionnaire, elaboration of final questionnaire and application of it. The third step will be three workshops with the aim of analyzing the data from the questionnaires and selection of cause/problems for intervention within three months (first workshop); elaborate plan of action in the short term for immediate modifications in the course in order to encourage the continued in the course (second workshop). At the last workshop will develop the monitoring strategy of evasion over the course "Qualificação Pedagógica em Educação na Saúde" from defining criteria to consider the student dropout/evaded, registering for evaluate evasion's causes, evaluating strategies to stimulate stay in the course and determine which of them will be performed.

Keywords: evasion, educational qualifications, continuing education, distance education

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA	12
3. PROBLEMATIZAÇÃO DA SITUAÇÃO	19
4. OBJETIVOS	21
5. JUSTIFICATIVA	22
6. METODOLOGIA DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	24
7. ORÇAMENTO	26
8. CRONOGRAMA	27
9. REFERÊNCIAS	28
APÊNDICES	31

1. INTRODUÇÃO

A Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG) é uma das Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (ETSUS) em Minas Gerais. Está vinculada ao sistema estadual de saúde como autarquia responsável pela educação permanente dos trabalhadores do SUS, principalmente os de nível médio, nas modalidades de educação inicial, continuada e profissional técnica. A ESP-MG também desenvolve cursos de qualificação e especialização *lato sensu* para profissionais de nível superior, além de pesquisas na área da saúde.

A área de atuação da ESP-MG é todo território estadual, o qual é extenso e com características heterogêneas. As suas regiões apresentam características muito diferentes que impactam diretamente na qualificação e formação dos trabalhadores da saúde. Os cursos acontecem de forma centralizada, na sede da escola em Belo Horizonte, e descentralizada, em municípios no interior do estado de Minas Gerais, com a finalidade de atender a uma grande demanda numa realidade complexa. Independente do local onde ocorre a ação educacional, algumas características são permanentes como, por exemplo: abordagem problematizadora, integração ensino serviço, currículo integrado e avaliação por competências.

Em relação à infraestrutura, capacidades tecnológica, administrativa e gerencial instaladas e do corpo docente, a ESP-MG apresenta baixo número de docentes efetivos. A grande maioria é contratada após seleção via processo de credenciamento de docentes. Quanto ao pagamento desses docentes, de acordo com o curso de formação, os valores ficam aquém dos valores de mercado, o que dificulta a formação de equipes docentes para algumas ações (MINAS GERAIS, 2011). Além disto, os profissionais do quadro efetivo da ESP-MG, que é pequeno, não podem ser remunerados pelas aulas dadas, logo existem cursos em que todos os docentes são externos.

A dicotomia entre ensino e pesquisa, como em outras instituições de ensino, também está presente na ESP-MG. A produção científica é quase na sua totalidade vinculada à Superintendência de Pesquisa, a qual nem sempre está articulada com a Superintendência de Educação, cujo maior volume de produção está restrito aos materiais didáticos dos cursos elaborados pelas referências técnicas em conjunto com a equipe pedagógica. Estratégias de

integração das áreas de educação e pesquisa da ESP-MG têm sido discutidas e algumas ações já estão em desenvolvimento, a exemplo das pesquisas de avaliação dos cursos técnicos.

As demandas de formação muito diversificadas também são um ponto crucial, pois a ESP-MG não conta com professores qualificados em número suficiente para atender todas as demandas. Atualmente, tais demandas são os cursos de formação de auxiliar de saúde bucal, técnico em saúde bucal, agente comunitário de saúde, técnico em vigilância em saúde, além de cursos de qualificação de curta duração (cursos livres). Algumas demandas não coincidem com as áreas prioritárias do Ministério da Saúde, dificultando a captação de recursos, visto que é o Ministério da Saúde o maior financiador da formação e da educação permanente de nível médio na saúde. Há cursos também financiados pelo estado de Minas Gerais e outros por municípios, entretanto, nesses casos as propostas ficam mais restritas às demandas do solicitante, que é o financiador.

Atualmente a ESP-MG assume seu papel de instituição formadora no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) estadual, visto o grande número de turmas em andamento: 13 turmas do curso de Técnico em Saúde Bucal (TSB), 03 turmas do curso Técnico em Enfermagem – Complementação e 01 turma de Técnico em Hemoterapia. Oferta, ainda, 32 turmas de Formação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Para os docentes dos cursos técnicos desenvolve e oferta o curso de Qualificação Pedagógica em Educação na Saúde com o objetivo de capacitar os profissionais do serviço que assumirão a função docente.

Os valores financeiros executados, a qualificação das demandas apresentadas e as relações estabelecidas também contribuem para a consolidação da ESP-MG como instituição formadora de recursos humanos para o SUS. Dentre os parceiros institucionais estão a Secretaria de Estado da Saúde, a Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES), o Colegiado de Secretários Municipais de Saúde (COSEMS), o Conselho Estadual de Saúde, a Fundação Hemominas, a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG) e as prefeituras municipais.

Minha trajetória na ESP-MG se iniciou em agosto de 2011 quando fui efetivado por meio do primeiro concurso público realizado pela instituição, para o cargo de Analista de Gestão e Pesquisa em Saúde/Enfermeiro, com lotação na Diretoria de Educação Técnica atuando como referência técnica do curso Técnico em Vigilância em Saúde. A partir da reestruturação da Superintendência de Educação iniciada em agosto de 2012 as antigas

Diretorias de Educação Técnica, Educação Permanente e Pós Graduação foram reorganizadas em quatro núcleos: Redes de Atenção à Saúde, Gestão em Saúde, Atenção Primária e Vigilância em Saúde e Educação Profissional em Saúde. Foi a partir dessas mudanças que a partir de agosto de 2012 assumi a coordenação do Núcleo de Educação Profissional em Saúde.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

2.1 Aspectos legais

Executar formação em saúde assume características especiais devendo-se considerar questões relativas ao contexto do trabalho e da educação no Brasil, além de estar de acordo com a legislação educacional brasileira com destaque para a Lei Federal Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, também conhecida como “LDB”. (BRASIL, 1996; 2009). Outros marcos regulatórios da educação técnica são, a saber: o Parecer Nº 11 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica de 05 de maio de 2012, que apresenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Técnica de Nível Médio e a Resolução Nº 06, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica de 20 de setembro de 2012, que define tais diretrizes (BRASIL, 2012).

Na área da saúde, os marcos regulatórios da educação em saúde são constituídos pela Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências (BRASIL, 1990), a Portaria nº 1996/2007 que apresenta a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde – PNEPS (BRASIL, 2007) e a Portaria nº 3189/2009, que dispõe sobre as diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde a qual tem como referência a PNEPS (BRASIL, 2009).

A formação em saúde no Brasil é um tema complexo, pois envolve questões relacionadas a duas áreas estratégicas, educação e saúde, considerando as características especiais relativas ao contexto do trabalho em saúde e sua interface com a educação. Portanto, executar educação em saúde no contexto brasileiro exige atender às disposições legais das duas áreas. A formação em saúde na educação profissional técnica de nível médio apresenta-se como um dos desafios da educação permanente em saúde uma vez que esses profissionais representam “(...) o contingente quantitativamente mais significativo da força de trabalho em saúde detendo importância crucial na implementação das políticas públicas formuladas para a área de saúde”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2009, p. 5).

O grande marco regulatório da educação brasileira é a Lei Federal Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, também conhecida como “LDB”. (BRASIL, 1996). No que diz respeito à educação profissional, a Lei nº 11.741 de 16 de julho de 2008 altera dispositivos da “LDB” para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica, definindo no seu artigo 1º nova redação para o parágrafo 2º do artigo 39 da “LDB”, passando a educação profissional e tecnológica a abranger os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, de educação profissional técnica de nível médio e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (BRASIL, 2008).

O Parecer Nº 11 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica de 09 de maio de 2012 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico ressalta o papel reservado aos docentes da educação profissional.

(...) Do professor da Educação Profissional é exigido, tanto o bom domínio dos saberes pedagógicos necessários para conduzir jovens e adultos nas trilhas da aprendizagem e da construção de saberes e competências profissionais, quanto ao adequado domínio dos diferentes saberes disciplinares do campo específico de sua área de conhecimento, para poder fazer escolhas relevantes dos conteúdos que devem ser ensinados e aprendidos, para que os formados tenham condições de responder, de forma original e criativa, aos desafios diários de sua vida profissional e pessoal, como cidadão trabalhador. Além destes dois campos de saberes fundamentais, ainda se exige do professor da Educação Profissional, os saberes específicos do setor produtivo do respectivo eixo tecnológico ou área na qual atua. (...) Na realidade, em Educação Profissional, quem ensina deve saber fazer. Quem saber fazer e quer ensinar deve aprender a ensinar. Este é um dos maiores desafios da formação de professores para Educação Profissional Técnica de Nível Médio. É difícil entender que haja esta educação sem contar com profissionais que estejam vinculados diretamente com o mundo do trabalho, no setor produtivo objeto do curso (BRASIL, 2012a, p. 55).

A Resolução nº 06, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica de 20 de setembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no artigo 40, determina que a formação inicial para a docência em cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, seja realizada em cursos de graduação e programas de licenciatura ou outras formas desde que atendam à

legislação e às normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2012b).

A ordenação da formação de recursos humanos na área da saúde é uma das atribuições do SUS, conforme a Lei Nº 8.080, artigo 6º, inciso III. A mesma lei no artigo 27, inciso I, determina que a política de recursos humanos na área da saúde seja formalizada e executada, articuladamente, pelas diferentes esferas de governo, para cumprir dentre outros objetivos, organizar um sistema de formação de recursos humanos em todos os níveis de ensino, inclusive de pós-graduação, além da elaboração de programas de permanente aperfeiçoamento de pessoal (BRASIL, 1990).

A PNEPS considerando a responsabilidade constitucional do SUS em ordenar a formação de recursos humanos para a área da saúde, prevê como uma das suas estratégias a formação técnica de nível médio em saúde (BRASIL, 2007). A formação de professores é um dos pontos principais na educação técnica de nível médio. Dentre as Diretrizes e Orientações para a Formação dos Trabalhadores de Nível Técnico no Âmbito do SUS destaco as seguintes: utilizar metodologia pedagógica para a formação em serviço e estratégias para acompanhamento de turmas descentralizadas, elaborar e executar Plano de Formação Pedagógica para Docentes com carga horária mínima de 88 horas apresentado temas abordados, estratégias e metodologias utilizadas e estratégias de avaliação (BRASIL, 2007).

Essa diretriz é pertinente, uma vez que a formação nas ETSUS tem como premissa a integração ensino serviço e os docentes desses cursos técnicos são, na sua maioria, profissionais do serviço. A qualificação é uma forma de aproximar esses profissionais/docentes de temas educacionais específicos das ETSUS tais como, currículo integrado, metodologias participativas de ensino aprendizagem e avaliação por competências. Ainda há a instrução quanto aos registros escolares, pois nos cursos técnicos, eles garantem ao aluno a titulação das competências e habilidades que constituem sua profissão. A ESP-MG cumpre a diretriz da PNEPS ofertando a “Qualificação Pedagógica em Educação Profissional na Saúde” como um curso inicial para os profissionais/docentes dos cursos técnicos, na modalidade semipresencial em Ambiente Virtual de Aprendizagem (MINAS GERAIS, 2011). O objeto de intervenção desse estudo está diretamente relacionado com a importância da qualificação pedagógica para a docência em cursos técnicos enquanto

fator determinante para a qualidade da formação e a minha função de gestor de uma das áreas da Superintendência de Educação da ESP-MG.

2.2 Evasão em Educação a Distância

A evasão pode ser definida como a desistência do curso, por parte do aluno, incluindo os que após terem se matriculado, nunca se apresentaram ou se manifestaram de alguma forma para os colegas e mediadores do curso, em qualquer momento (FAVERO, 2006). Santos *et al* (2008) também definem a evasão como a desistência definitiva do estudante em qualquer etapa do curso e, a consideram um fator frequente em cursos a distância. Eles atribuem o sucesso de um curso a distância a fatores como a definição clara do programa, a utilização correta do material didático, o uso correto de meios apropriados que facilitem a interatividade entre professores e alunos e entre os alunos, bem como a capacitação dos professores. Reitera que a evasão pode ser influenciada por necessidades individuais e regionais e pela avaliação do curso, logo as análises desses fatores podem ser uma ação preventiva na redução da evasão na Educação a Distância.

Coelho (2002) em pesquisa que se propôs a investigar as causas da evasão e os fatores que contribuem para a permanência de participantes de cursos ofertados na modalidade de Educação a Distância (EAD) via Internet, apresenta as seguintes suposições para a desistência dos cursos a distância:

- a falta da tradicional relação face-a-face entre professor e alunos, pois neste tipo de relacionamento julga-se haver maior interação e respostas afetivas entre os envolvidos no processo educacional;
- insuficiente domínio técnico do uso do computador, principalmente da Internet, ou seja, a inabilidade em lidar com as novas tecnologias cria dificuldades em acompanhar as atividades propostas pelos cursos a distância como: receber e enviar *e-mail*, participar de *chats*, de grupos de discussão, fazer *links* sugeridos, etc;
- ausência de reciprocidade da comunicação, ou seja, dificuldades em expor ideias numa comunicação escrita a distância, inviabilizando a interatividade;
- a falta de um agrupamento de pessoas numa instituição física, construída socialmente e destinada muitas vezes, à transmissão de saberes, assim como ocorre no ensino presencial tradicional, faz com que o aluno de EAD não se sinta incluído num sistema educacional (COELHO, 2002, s/p)

Analisando índices de evasão nos cursos superiores a distância, Maia *et al* (2004), analisaram dados de 22 instituições de ensino superior, das quais 55% eram públicas e 45% privadas. Eles encontraram que há mais desistências em instituições de ensino superior privadas e que a evasão não teve relação com o custo do curso. Os maiores índices de evasão foram nos cursos de extensão e especialização. Os autores ainda relacionaram as formas de interação entre professores e alunos e constataram que nos cursos em que a interação entre professores e alunos acontecia somente por meio da internet, o índice de evasão foi maior. Nos cursos que apresentavam certificação própria a média de índice de evasão foi mais elevada (62%) em relação àqueles que tinham certificação pelo Ministério da Educação (21%). Os cursos semi-presenciais apresentaram média de evasão de 8% e os totalmente a distância de 30%. Nos cursos totalmente à distância as interações eram realizadas exclusivamente por meios tecnológicos, o que pode ter gerado nos alunos sentimento de isolamento, desestimulando a continuidade no curso. O oposto aconteceu em relação aos alunos de cursos semi-presenciais, que sentiam-se mais motivados a aprender e interagir por se sentirem incluídos em uma turma. Como última ressalva os autores lembram que índice de evasão, pode ser justificado também por variáveis exógenas ao curso a distância, tais como, questões particulares dos alunos.

Em estudo que buscou identificar os motivos da desistência em um curso de especialização do Centro de Educação a Distância (Cead) da Universidade de Brasília (UnB), Almeida (2008), descreve que o curso analisado teve 2030 matrículas e 999 desistências, o que representou 49% do total de matriculados. Deste total, 228 responderam à pesquisa, sendo que 170 detalharam os motivos de suas desistências. As análises mostraram que 55% dos evadidos eram do sexo feminino, 36% estavam na faixa etária até 35 anos, 49% eram casados, 61% tinham curso superior completo, 29% tinham especialização completa e 6% especialização incompleta. Para análise dos motivos de desistência do curso a autora utilizou um método de análise de discurso. Ela encontrou cinco categorias com os percentuais de indicação em cada uma delas e os temas relacionados às mesmas, conforme quadro a seguir.

QUADRO 1
Análise dos motivos de evasão em Educação a Distância

Categoria	% de indicação	Temas
Fatores situacionais	43%	Problemas de saúde Problemas familiares Falta de apoio no trabalho
Falta de apoio acadêmico	41%	Falta de <i>feedback</i> do tutor Falta de apoio do tutor Falta de interação alunos/professor
Problemas com tecnologia	30%	Falta de computador e de acesso à internet Envio de tarefas via fax ou correio Falta de habilidade para o uso das tecnologias
Falta de apoio administrativo	26%	Problemas no recebimento dos módulos Prazos curtos para envio das tarefas Logística de distribuição de material
Sobrecarga de trabalho	22%	Dificuldade em conciliar trabalho, estudo e família Falta de tempo para dedicar ao curso Falta de organização para o estudo

Fonte: Adaptado a partir de Almeida (2008)

O Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância (ABRAED, 2008) demonstrou em pesquisa com 204 alunos (102 evadidos e 102 formados) de 32 instituições de todos os níveis de ensino espalhadas pelo país (exceto nível de Educação de Jovens e Adultos) que os problemas da falta de tempo e da necessidade de maior atenção para solução de dúvidas, se sobrepõem à falta de dinheiro para continuidade do curso. Outra constatação foi que 85% dos alunos que deixaram o curso o fizeram logo no início do mesmo, fato que alerta para a abordagem e relacionamento inicial com o estudante. A quase totalidade dos evadidos (91,2%) não chegou à metade do curso. Nessa pesquisa, a permanência nos cursos demonstrou-se relacionada ao nível de formação. Os cursos técnicos apresentaram menor índice de evasão em relação aos cursos de capacitação/aperfeiçoamento/extensão. Já os maiores índices de evasão estavam nos cursos de pós-graduação, nos quais 95% dos entrevistados abandonaram o curso antes da metade. Em relação aos motivos que levaram o aluno a deixar o curso à distância, a falta de tempo incidiu em 53% das respostas, situação financeira, 35%; não adaptação ao sistema não presencial, 15,6%. Outros motivos citados foram “não se dedicou o quanto poderia ou

deveria”, “escola não ofereceu os recursos necessários”, “não era o curso que queria”, “localização da instituição” e “ausência da interação com outros alunos”.

Especificamente sobre qualificação para professores, Sande & Costa (2011), ao perguntar a professores, que fizeram curso de qualificação à distância, três dificuldades para realizar o curso, as autoras obtiveram em 100% das respostas, a falta de tempo como principal dificuldade. A segunda dificuldade, em 19% das respostas, apontou a falta de tecnologia adequada e 15% destacou que a organização pessoal e o interesse são fatores importantes. Esses resultados são reafirmados quando as autoras investigaram os motivos que poderiam ou levaram à desistência do curso, encontrando como resposta de 92% dos professores a falta de tempo e sobrecarga de trabalho, de 39% a dificuldade de acesso ao ambiente virtual e de 21% o desinteresse pelo conteúdo do curso.

Dentre os principais motivos de evasão de cursos à distância percebe-se que o tempo é um dos principais determinantes para a permanência nos cursos. O acesso e utilização de tecnologias é outro fator que influencia diretamente a desistência do curso por parte do aluno, bem como adaptação à modalidade de educação à distância. Ainda como fatores a serem considerados há o financeiro, a relação e interação tutor/aluno e o apoio administrativo e logístico para execução do curso.

De acordo com os autores estudados as pesquisas sobre evasão em educação à distância se restringem ao ambiente acadêmico, tendo como cenários cursos de graduação, pós-graduação e extensão. Há poucos trabalhos que tratam da evasão em curso livres e gratuitos como o curso no qual esse projeto pretende intervir.

3. PROBLEMATIZAÇÃO DA SITUAÇÃO

O Curso de Qualificação Pedagógica em Educação Profissional na Saúde (MINAS GERAIS, 2011) é desenvolvido na modalidade semipresencial, sendo 08 horas presenciais e 80 horas por Educação à Distância (EAD) em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) através da plataforma Moodle®. Possui 05 módulos com duração aproximada de 05 meses. Como todos os cursos da ESP-MG, esse é um curso gratuito, voltado para profissionais do serviço que atuarão como docentes dos cursos técnicos. Não se constitui como um curso regular, pois as turmas de qualificação são abertas à medida que são abertas turmas de cursos técnicos. A primeira turma teve início em 2009.

A ementa do curso de qualificação pedagógica contempla os seguintes temas: Concepções teóricas da Pedagogia sobre o processo de ensino-aprendizagem; A Educação Permanente em Saúde no contexto do Sistema Único de Saúde; A ação político-pedagógica na perspectiva transformadora das práticas educativas; Bases legais que envolvem a educação e a saúde. Esses temas são discutidos e analisados em cada módulo com o objetivo geral de proporcionar aos profissionais da saúde atuantes como docentes da ESP-MG as bases teórico-científicas necessárias a uma ação e reflexão político-pedagógica capaz transformar as práticas educativas e dos serviços, em consonância com os princípios do SUS. Como objetivos específicos o curso propõe discutir e analisar a relação Trabalho e Educação como mediação fundamental da formação humana e suas configurações específicas no âmbito das políticas e dos serviços de Saúde – a estratégia da Educação Permanente em Saúde; identificar e analisar as bases teórico-metodológicas que fundamentam as políticas de educação e do trabalho em saúde, permitindo sua compreensão histórica e potencializando práticas transformadoras que contribuam para a consolidação do Sistema Único de Saúde; discutir e analisar o processo de ensino e aprendizagem na concepção da Educação Permanente em Saúde; discutir e analisar os fundamentos das políticas de educação e de saúde, em suas especificidades e relações.

No período entre agosto de 2011 a julho de 2012, segundo dados fornecidos pela Secretaria de Ensino, foram iniciadas 16 turmas de qualificação pedagógica para os profissionais docentes dos Cursos Técnicos em Saúde Bucal e Hemoterapia, totalizando 478

alunos matriculados, dos quais 167 concluíram o curso, o que perfaz aproximadamente 65% de desistência do curso. As turmas que iniciaram o curso em agosto de 2011 passaram por uma paralisação entre dezembro de 2011 e março de 2012. Anualmente, neste período o orçamento estadual encontra-se fechado, conseqüentemente, as ações educacionais neste período são paralisadas por não haver execução de recursos financeiros no período.

Ao retornar as atividades do curso em março de 2012, verificou-se um alto número de alunos desistentes. Os tutores a distância utilizaram várias estratégias para recuperar esses alunos, porém sem sucesso, já que algumas turmas tiveram mais de 50% de desistência, conforme relato de duas tutoras.

Não há estratégias de monitoramento da evasão escolar estabelecidas para esse curso. Há o registro das informações referentes aos alunos matriculados, alunos concluintes e não concluintes na Secretaria de Educação e Núcleo de Educação à Distância. Quanto aos não concluintes não há registro dos motivos que levaram a desistência o que acarreta em desconhecimento dos fatores que influenciam os alunos a abandonarem o curso.

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

Identificar os motivos da evasão no curso de Qualificação Pedagógica na Educação Profissional em Saúde, subsidiando adequações com vistas a reduzir a taxa de evasão.

4.2 Objetivos específicos

Calcular a taxa de evasão do curso no período de agosto de 2011 a julho de 2012.

Caracterizar o perfil dos profissionais que desistiram do curso.

Identificar os motivos da evasão na "Qualificação Pedagógica na Educação Profissional em Saúde".

Discutir os resultados da pesquisa com os profissionais que desenvolvem o curso.

Estabelecer estratégias de monitoramento para reduzir a evasão ao longo do curso.

5. JUSTIFICATIVA

A qualificação pedagógica dos profissionais enquanto diretriz da PNEPS (BRASIL, 2007), busca suprir a necessidade dos docentes dos cursos técnicos realizarem uma aproximação com as especificidades do trabalho em saúde e da formação de recursos humanos em saúde para o SUS. Os docentes dos cursos técnicos nas ETSUS são profissionais do serviço que nem sempre têm conhecimentos e habilidades na docência, por isso a qualificação pedagógica se torna relevante, já que nela serão tratados assuntos sobre a formação em serviço que é uma característica muito peculiar do SUS.

A “Qualificação Pedagógica na Educação Profissional em Saúde” na ESP-MG é oferecida em modalidade semipresencial, com 05 módulos (cada módulo corresponde a um mês) de 16 horas em média, o que perfaz uma carga horária mensal relativamente pequena. Considerando que os alunos desse curso são os profissionais do serviço, os índices de evasão nessa qualificação deveriam ser mínimos ou até mesmo não existir, pois todos os cursos são realizados a partir de demandas da rede de saúde. Assim, o ideal seria que todos os docentes fizessem esta qualificação. Porém, a desistência do docente, a desistência do curso técnico por parte do aluno que esse profissional acompanharia e as demissões e/ou troca de municípios, contribuem para que nem todos os professores inscritos consigam fazer e/ou concluir a qualificação pedagógica.

Alia-se a esse contexto o fato de desde o início da oferta do curso “Qualificação Pedagógica na Educação Profissional em Saúde” não haver relatos ou registros na ESP-MG sobre uma avaliação das causas de evasão nesse curso. Os profissionais envolvidos na execução do curso relatam um alto índice de evasão.

Neste sentido, essa proposta de intervenção pretende reverter esse quadro ao levantar informações sobre as causas da evasão no curso de Qualificação Pedagógica na Educação em Saúde, visando desenvolvimento estratégias para reduzir a taxa de evasão. Essas ações intencionam garantir que todos os profissionais do serviço que serão docentes tenham uma capacitação mínima sobre docência em saúde para o SUS de forma a contribuir

para qualidade do curso, melhorando a condução das ações docentes em sala de aula (concentração) e na prática supervisionada (dispersão, estágios), com destaque para a utilização das metodologias participativas de ensino aprendizagem adotadas pela ESP-MG.

6. METODOLOGIA DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

O projeto de intervenção será desenvolvido em etapas, sendo que a primeira será o levantamento de informações a respeito do número total de alunos matriculados no curso “Qualificação Pedagógica na Educação em Saúde”. O levantamento será feito no Núcleo de Educação a Distância (NEAD) e na Secretaria de Ensino, considerando o período de agosto de 2011 a julho de 2012. Serão obtidos além dos nomes dos alunos, contatos, tais como, endereço, telefone e e-mail, o município sede da turma, idade, sexo, categoria profissional, tempo de formação. Será traçado um perfil dos alunos do curso de qualificação pedagógica considerando o município sede da turma, idade, sexo, categoria profissional, tempo de formação. Após o levantamento os alunos serão divididos em dois grupos, os que concluíram o curso e os que não concluíram o curso. Serão incluídos no estudo os alunos que não concluíram o curso.

A segunda etapa da intervenção será a realização de um estudo piloto com a aplicação de um questionário (Apêndice A), que além de questões gerais, conterà uma pergunta aberta relativa à desistência do curso de qualificação pedagógica. O questionário piloto será aplicado a uma amostra dos alunos que não concluíram o curso. O estudo piloto visa obter informações sobre a desistência para elaboração do questionário final do estudo e, sobretudo verificar adequabilidade das estratégias de abordagem dos participantes do estudo. Após análise dos resultados do estudo piloto será elaborado o questionário final do estudo que deverá ser aplicado ao grupo de todos os alunos não concluintes do curso. Ambos os questionários serão enviados por e-mail após contato telefônico explicando sobre os objetivos da pesquisa e do projeto de intervenção. Quando não houver resposta ao e-mail no prazo de sete dias, será feito contato telefônico solicitando o envio do questionário respondido. O questionário será enviado por correio somente nos casos em que o participante solicitar no momento de alguma das ligações telefônicas. Os participantes deste estudo deverão preencher e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B). O termo será enviado aos participantes por correio eletrônico, e-mail, constando orientações para leitura do documento e se houver dúvidas entrarem em contato com o pesquisador. Aceitando participar da pesquisa, o participante deverá imprimir o termo,

assinar e enviá-lo ao pesquisador. Este projeto será submetido para aprovação ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Pesquisas René Rachou (CpRR/FIOCRUZ), instituição parceira da ESP-MG, pois esta não possui comitê de ética em pesquisa.

A terceira etapa do projeto de intervenção será a realização de três oficinas com a participação de representantes do Núcleo de Educação a Distância, Núcleo de Educação Profissional em Saúde, Coordenação Pedagógica, Superintendência de Educação e Secretaria Escolar. As oficinas se propõem a utilizar da problematização centrada na reflexão do cotidiano para estimular o processo de desconstrução e busca de novos e diferentes saberes que compõem e possibilitam uma nova construção do cotidiano, favorecendo o desenvolvimento de habilidades de observação, análise, cooperação entre os membros do grupo e superação de conflitos, possibilitando o desenvolvimento de tecnologias culturalmente compatíveis (BRASIL, 2005, p. 8).

A primeira oficina tem como objetivo analisar os resultados dos questionários considerando o perfil dos alunos e os motivos da desistência do curso. Como resultado dessa oficina espera-se o levantamento dos motivos de desistência bem como suas causas. Ainda nesta oficina deverão ser elencadas as causas/problemas que serão alvos do “plano de ação a curto prazo” a ser elaborado na oficina seguinte. Na segunda oficina, a partir das causas/problemas selecionadas, o objetivo é elaborar um plano de ação para ser executado em até três meses, com vistas à implementação de ações imediatas no curso com foco no estímulo à permanência do aluno até a conclusão. O resultado da segunda oficina será o plano de ação com a pactuação dos prazos e responsáveis pelas ações. Na terceira e última oficina será elaborada a estratégia de monitoramento da evasão ao longo do curso de Qualificação Pedagógica na Educação em Saúde, quando se pretende elaborar os critérios para considerar o aluno desistente/evadido e mecanismos para registro e avaliação do motivo da desistência do aluno logo após a identificação da sua saída. avaliar as estratégias de estímulo a permanência no curso e definir quais delas passarão a ser utilizadas na execução do curso. O resultado dessa oficina será um protocolo ou fluxograma com medidas a serem executadas quando algum aluno desistir ou abandonar o curso.

7. ORÇAMENTO

Os custos operacionais com a execução do projeto serão incorporados ao custo operacional da ESP-MG por se tratar de uma intervenção com retorno direto para a instituição na reestruturação de um processo de trabalho da execução de um curso ofertado pela escola.

9. REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO ESTATÍSTICO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA. ABRAED. São Paulo: Instituto Monitor, 2008. 4 ed. Disponível em: <http://www.abraead.com.br/anuario/anuario_2008.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2013.

ALMEIDA, O. C. Evasão em cursos a distância: análise dos motivos de desistência. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ABED DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA, 14., 2008, Mapeando o impacto da EAD na cultura do ensino/aprendizagem. **Anais...** Santos: ABED, 2008. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/552008112738PM.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2013

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB Nº 11, de 09 de maio de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 04 set. 2012. seção 1, p. 98. a

_____. Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB Nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 set. 2012. seção 1, p. 22. b

_____. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1.

_____. Lei Nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 jul. 2008. seção 1.

_____. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS Nº 1.996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e da outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 ago. 2007. seção 1. p. 13.

_____. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS Nº 3.189, de 18 de dezembro de 2009. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (PROFAPS). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2009. n.245. seção 1, p. 59-61.

_____. Ministério da Saúde. **Projeto MultiplicaSUS**: oficina de capacitação pedagógica para a formação de multiplicadores. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 84 p. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/page/2012/52294/educacao_saude_multi>

plicasus.pdf> Acesso em: 05 jan. 2013.

_____. Presidência da República. Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 set. 1990. seção 1.

COELHO, M. L. A evasão nos cursos de formação continuada de professores universitários na modalidade de educação a distância via Internet [online]. **Associação Brasileira de Educação a Distância**, 2002. Disponível em:

<http://www2.abed.org.br/visualizaDocumento.asp?Documento_ID=10> Acesso em 24 fev. 2013.

FAVERO, R. V. M. **Dialogar ou evadir: Eis a questão!**: Um estudo sobre a permanência e a evasão na Educação a Distância, no Estado do Rio Grande do Sul. 2006. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14846/000669958.pdf?sequence=1>> Acesso em: 24 fev. 2013.

MAIA, M. de C.; MEIRELLES, F. de S. & PELA, S. K. Análise dos índices de evasão nos cursos superiores a distância no Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. Salvador: Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), 2004. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2004/por/pdf/073-TC-C2.pdf>>. Acesso em 26 fev. 2013.

MINAS GERAIS. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. **Plano de Curso:** Qualificação Pedagógica em Educação Profissional na Saúde. Belo Horizonte: ESP-MG, 2011. 12 p.

_____. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. Portaria Nº 125, de 29 de julho de 2011. Regulamenta a remuneração dos profissionais contratados para prestação de serviços técnicos educacionais no âmbito da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. **Minas Gerais:** Diário do Executivo e Legislativo, Belo Horizonte, MG, 30 jul. 2011. n. 143, p. 28.

SANDE, I. C. COSTA, N. F. S. **Qualificação docente: evasão e estratégias de prevenção.**

Associação Brasileira de Educação a Distância, 2011. Disponível em:

<<http://www.abed.org.br/congresso2011/cd/51.pdf>> Acesso em: 27 fev. 2013.

SANTOS, E. M.; TOMOTAKE, M. E.; NETO, J. D. O.; CAZARINI, E. W.; ARAUJO, E. M.; OLIVEIRA, S. R. M. Evasão na educação à distância: identificando causas e propondo estratégias de prevenção. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ABED DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA, 14., 2008, Mapeando o impacto da EAD na cultura do ensino/aprendizagem. **Anais...** Santos: ABED, 2008. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/511200845607PM.pdf>> Acesso em: 24 fev. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Núcleo de Educação em Saúde Coletiva/Faculdade de Medicina. **Dimensionamento da Demanda de Educação Profissional Técnica em Saúde**. (Relatório Técnico de Projeto) Belo Horizonte: UFMG, 2009. 147 p. Disponível em: <<http://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2462.pdf>> Acesso em: 07 dez. 2012.

APÊNDICES**Apêndice A****Por que você desistiu do Curso de Qualificação em Educação Profissional na Saúde?**

1. Nome:	
2. Idade:	3. Sexo:
4. Categoria Profissional:	5. Tempo de formação:
6. Pós-graduação:	
7. Curso do qual foi docente:	8. Município onde foi docente:
9. Curso Qualificação Pedagógica em Educação Profissional na Saúde	
9.1 Data de ingresso:	9.2 Data de saída:
9.3 Qual o motivo de sua saída do curso "Qualificação Pedagógica em Educação Profissional na Saúde"?	

Apêndice B**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****Dados de identificação**

Título do Projeto: Estudo das causas de evasão no “Curso de Qualificação Pedagógica em Educação na Saúde da ESP/MG: causas de evasão e definição de estratégias de intervenção”

Pesquisador Responsável: João André Tavares Álvares da Silva

Instituição: Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – ESP-MG

Rua Uberaba, 780, Barro Preto – Belo Horizonte – CEP: 30.180-080

Contatos: (31) 3295 7990 - (31) 3295 5409

e-mail: joão.silva@esp.mg.gov.br

Nome do participante: _____

Idade: _____ anos

R.G. _____

O/a Sr/Sra está sendo convidado/a para participar da pesquisa “Curso de Qualificação Pedagógica em Educação na Saúde da ESP/MG: causas de evasão e definição de estratégias de intervenção”. Este estudo tem como objetivo identificar os motivos da evasão no curso de Qualificação Pedagógica na Educação Profissional em Saúde, subsidiando adequações com vistas a reduzir a taxa de evasão.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a um questionário sobre os motivos que o levaram a deixar o curso. Sua participação não é obrigatória e a qualquer momento o/a Sr/a pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a ESP-MG. Sua participação na pesquisa não lhe trará benefícios diretos e será fundamental para estabelecer estratégias de monitoramento para reduzir a evasão no curso Qualificação Pedagógica na Educação em Saúde, contribuindo assim para melhorar os processos de formação profissional de recursos humanos para o Sistema Único de Saúde.

Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, uma que a apresentação dos mesmos será de forma agregada, resguardando o sigilo, anonimato e confidencialidade das informações prestadas. Deste modo, solicitamos a permissão para divulgação dos resultados da pesquisa em apresentações, relatórios e artigos científicos.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo. O/a Sr/a receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Eu, _____, RG nº _____ declaro ter sido informado, estar ciente dos objetivos e implicações em participar desta pesquisa e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

_____ de _____ de _____

Assinatura do participante

João André Tavares Álvares da Silva

RG: MG-11.971.731